



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo SIPE Nº 316322/2024

OBJETIVO:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação serviços laboratoriais para o Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Segurança Pública.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Dênis da Silva Flores	2º Sargento BM	926308-0	7b4aux@cbm.sc.gov.br

II. DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. O presente processo licitatório visa a contratação de empresa para prestação serviços laboratoriais, para os militares e guarda-vidas civis do Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí/SC.

2.2. A contratação dos serviços visa atender ao disposto na Lei Federal 13.103/2015, que instituiu a Resolução CONTRAN nº 691, de 27/09/2017, que regulamentou a exigência de realização do Exame Toxicológico de Larga Janela de Detecção para Substâncias Psicoativas por ocasião de renovação, adição ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), especialmente, ao que se refere às categorias C, D e E.

2.3. Salientamos que os guarda-vidas civis são submetidos à exames laboratoriais toxicológicos (exame de urina), para análise, sendo objeto dos exames as substâncias de maconha e cocaína.

2.4. Neste sentido, faz-se necessário que o 7º Batalhão de Bombeiros Militar tome as cautelas necessárias para que os militares da instituição estejam sempre com os exames dentro do prazo de validade, bem como, se assegure que guarda-vidas civis sejam rigorosamente testados no tocante ao uso de substâncias ilícitas.

2.5. Cabe frisar que o quantitativo se trata de mera estimativa de consumo, utilizando-se



somente aquilo que efetivamente se fizer necessário ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.1. Houve a publicação do Plano Anual de Contratações e a contratação do objeto em questão está prevista para o ano de 2024.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.1. Para a contratação de serviços laboratoriais destinados à realização de exames toxicológicos para os militares de Bombeiros Militar, com foco na renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), os seguintes requisitos devem ser atendidos:

4.1.1. O laboratório contratado deve ser devidamente acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou por entidade similar, conforme as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

4.1.2. O laboratório deve comprovar a capacidade técnica para a realização de exames toxicológicos de larga escala, utilizando equipamentos de última geração para garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados. Todos os equipamentos devem estar calibrados e em conformidade com as normas vigentes.

4.1.2. O exame toxicológico deve ser capaz de identificar, no mínimo, a presença de substâncias psicoativas pertencentes aos grupos de:

4.1.2.1. Anfetaminas

4.1.2.2. Cocaína e derivados

4.1.2.3. Opioides

4.1.2.4. Maconha (THC)

4.1.2.5. Metanfetaminas

4.1.2.6. Outras substâncias controladas listadas pelo DENATRAN e ANVISA

4.1.3. O teste deverá ter sensibilidade suficiente para detectar o uso de substâncias até 90 dias antes da coleta da amostra, conforme previsto na legislação vigente para motoristas.

4.1.4. O laboratório deve oferecer suporte técnico contínuo, tanto para esclarecimentos sobre a coleta e os exames quanto para questões relacionadas aos resultados. O atendimento ao cliente deve ser eficiente, com canais de comunicação via telefone, e-mail e outros meios digitais.

4.1.5. A empresa contratada deverá garantir total sigilo das informações e dos resultados dos exames, cumprindo todas as normativas sobre privacidade de dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os dados gerados devem ser armazenados de



forma segura e protegidos contra acessos não autorizados.

4.1.6. O laboratório deverá estar em plena conformidade com a legislação brasileira para a realização de exames toxicológicos, cumprindo as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), além das resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo DENATRAN.

4.2. Esses requisitos visam garantir a qualidade, a segurança e a eficiência dos serviços laboratoriais contratados, assegurando que o processo de renovação da CNH pelos militares ocorra de forma ágil e conforme as normas legais e técnicas aplicáveis.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Item	Objeto	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Teste de triagem de canabinóides na urina - THC	300	R\$ 64,66	R\$19.398,00
2	Teste de triagem de benzoilecgonina na urina - Cocaína	300	R\$ 64,66	R\$19.398,00
3	Exame toxicológico de larga janela de detecção (maconha, cocaína, anfetaminas e opiáceos) para renovação CNH – para categorias C, D e E. O laboratório deve ser devidamente credenciado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Deve obedecer a lei federal 13.103/15.	250	R\$ 123,00	R\$ 30.750,00
VALOR TOTAL				R\$ 69.546,00

III. PROSPECÇÕES DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



6.1. Foi realizado levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Assim, o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, sendo realizada pesquisas de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, bem como em Atas e pregões de contratações públicas similares ao objeto desta licitação.

Neste sentido, verificou-se que o objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de informações.

6.2. Em pesquisa mercadológica foi constatado que as possíveis soluções para contratação de empresa especializada na prestação de serviços laboratoriais,:

6.2.1. Processo Licitatório para Contratação:

6.2.1.1. Vantagens:

- a) proporciona igualdade de condições para todos os participantes, assegurando que todas as empresas interessadas possam competir em pé de igualdade;
- b) promove a participação de diversos fornecedores, incentivando a diversidade e a inclusão de novos entrantes no mercado;
- c) a contratação, através do processo licitatório, permite a definição clara dos recursos financeiros a serem destinados para a contratação dos serviços, facilitando o planejamento orçamentário;
- d) permite a realização de auditorias periódicas e detalhadas, assegurando a conformidade e a qualidade dos serviços contratados

6.2.1.2. Desvantagens:

- a) o processo licitatório é composto por várias etapas formais, o que pode prolongar o tempo necessário para a contratação;



- b) podem surgir litígios decorrentes de desclassificações ou avaliações, gerando atrasos e incertezas no processo de contratação;
- c) obrigatoriedade de executar, no mínimo, 75%, do contrato.**

6.2.2. Sistema de Registro de Preços:

6.2.2.1. Vantagens:

- a) permite a contratação conforme a necessidade, onde a prestação de serviços laboratoriais podem variar;**
- b) reduz a necessidade de manter grande quantidade de volume de estoque.**
- c) a administração não está obrigada a comprar.**
- d) a flexibilidade na contratação sob demanda ajuda a gerenciar melhor os recursos financeiros, evitando gastos desnecessários com a contratação de serviços que não serão utilizados.
- e) facilita o planejamento financeiro, pois os preços são estabelecidos previamente, permitindo uma previsão mais precisa dos custos durante a vigência do registro de preços;
- f) o registro de preços segue um processo transparente e regulamentado, o que contribui para a conformidade legal e reduz o risco de irregularidades;
- g) oferece igualdade de oportunidades aos fornecedores, promovendo a competitividade e incentivando a participação de múltiplos fornecedores.

6.2.2.2. Desvantagens:

- a) pode criar uma dependência significativa de um número limitado de fornecedores, especialmente se houver poucos participantes no registro de preços;
- b) caso o fornecedor principal enfrente dificuldades (financeiras, operacionais), a continuidade dos serviços pode ser comprometida;
- c) a ênfase na obtenção do menor preço pode levar à escolha de fornecedores que não entregam a melhor qualidade, resultando em serviços inferiores;
- d) pode levar à concentração de mercado em mãos de poucos fornecedores, diminuindo a diversidade e as opções disponíveis para a administração;

6.2.2. Chamamento Público:

6.2.2.1. Vantagens:

- a) o chamamento público pode incentivar a participação de diversos fornecedores, inclusive empresas que não participam de licitações regulares, o que pode resultar em novas soluções ou propostas mais vantajosas.
- b) é recomendado quando o objetivo é buscar inovação, parcerias ou soluções diferenciadas para demandas que não são atendidas pelo mercado tradicional.

6.2.2.2. Desvantagens:



- a) processo mais complexo e demorado: o chamamento público exige mais etapas, como elaboração de editais mais amplos, análises técnicas mais detalhadas e maior período de avaliação das propostas.
- b) não é a forma mais comum para a contratação de serviços regulares, como exames toxicológicos, que já possuem um mercado estabelecido.

6.3. Conclusão: Cada método - Registro de Preços, Chamamento Público ou Licitação para contratação dos serviços - apresentam vantagens e desvantagens específicas que são cuidadosamente consideradas na contratação de prestação de serviços laboratoriais. A escolha do método mais adequado levará em conta a natureza do serviço, os recursos disponíveis, a urgência da contratação e a necessidade de flexibilidade ou rigidez contratual, bem como o equilíbrio entre transparência, competitividade, custo-benefício e eficiência administrativa.

IV. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando os elementos apreciados do presente documento verificou-se que o método mais vantajoso para administração é a contratação através do sistema de registro de preços, pregão eletrônico, com **menor preço por item**.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente contratação foi dividida em 3 (três) itens, onde optou-se pela utilização de julgamento por serviço, tendo em vista ser esta a regra da licitação quando o serviço for divisível, sendo que a equipe de estudo constatou não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala com a divisão em itens, o que também proporcionará ampliação na participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do serviço, podem fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não há contratação correlatas ou interdependentes, sendo que a contratação a ser realizada representa a SOLUÇÃO INTEGRAL da necessidade pública.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.1. Pretende-se, com a contratação dos serviços laboratoriais, através de Ata de Registro de Preços, a garantia do funcionamento dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar à comunidade, bem como obtenção de economia em diversos aspectos:

11.1.1. ao contratar um volume significativo de exames, há a possibilidade de negociar valores mais vantajosos, com descontos progressivos conforme a demanda. O registro de preços permite que o órgão público tenha acesso a condições pré-negociadas, evitando a necessidade de múltiplos processos licitatórios e os custos administrativos decorrentes.

11.1.2. ao centralizar a contratação em um único fornecedor (ou em um conjunto reduzido de fornecedores), há uma diminuição dos custos indiretos relacionados à logística, monitoramento de contratos e gestão de pagamentos. A simplificação administrativa resulta em menos horas de trabalho dedicadas ao controle de diferentes contratos, o que também contribui para a economicidade.

11.1.3. o sistema de registro de preços permite ao Corpo de Bombeiros ter um controle mais rigoroso sobre as despesas com exames toxicológicos, evitando surpresas no orçamento e desvios de recursos. Ao prever os gastos com antecedência, é possível ajustar o planejamento financeiro e garantir que outras áreas essenciais da corporação também sejam adequadamente planejadas financeiramente.

11.2. A prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do Corpo de Bombeiros Militar, pelo período de 12 (doze) meses.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, a capacitação de servidores para a fiscalização e gestão contratual ou ainda adequações dos ambientes deste Órgão, tendo em vista que se trata de serviços comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa CONTRATADA cumpra com as obrigações no prazo estipulado.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme subitem abaixo:

13.1.1. Tratamento adequado de resíduos perigosos: O laboratório contratado deve seguir as normas da ANVISA e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como a Resolução nº 358/2005, que regulamenta o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Os resíduos biológicos devem ser acondicionados e encaminhados para incineração ou outro tratamento adequado, enquanto os resíduos químicos devem ser segregados e enviados para tratamento especializado.

13.1.2. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS): O laboratório deve ter um PGRSS implementado, descrevendo o manejo correto dos resíduos desde a geração até a destinação final, assegurando que nenhum material perigoso seja descartado indevidamente no meio ambiente.

13.1.3. Parcerias com empresas de gestão de resíduos: A contratação de empresas



especializadas na coleta e tratamento de resíduos perigosos garante que o descarte seja feito de forma responsável e conforme a legislação ambiental.

13.1.4. Sempre que possível, optar pelo uso de materiais descartáveis fabricados com materiais recicláveis ou biodegradáveis, que reduzem o impacto ambiental após o descarte.

13.1.5. Minimização do uso de materiais descartáveis: Implementar boas práticas no uso de insumos, de forma a evitar desperdícios e minimizar a quantidade de materiais utilizados durante a coleta.

13.1.6. Coleta e destinação adequada dos resíduos: Todos os resíduos gerados devem ser corretamente segregados e destinados de acordo com sua classificação, seguindo as diretrizes da ANVISA e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para o manejo de resíduos de saúde.

13.2.2. As empresas deverão atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

14. Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

INTEGRANTE TÉCNICO

2º Sargento BM DÊNIS DA SILVA FLORES

Matrícula 926308-0

(assinado digitalmente)

Itajaí/SC, data da assinatura digital.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, data da assinatura digital.

Capitão BM DOUGLAS TOMAZ MACHADO

Comandante da 1ª/7ª Batalhão de Bombeiros Militar

(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **3L831EBT**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DÊNIS DA SILVA FLORES (CPF: 926.XXX.930-XX) em 31/10/2024 às 18:16:14

Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/03/2019 - 15:34:13 e válido até 29/03/2119 - 15:34:13.

(Assinatura do sistema)



DOUGLAS TOMAZ MACHADO (CPF: 043.XXX.969-XX) em 31/10/2024 às 18:30:28

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/04/2019 - 15:21:16 e válido até 01/04/2119 - 15:21:16.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0JNU0NfOTk5MI8wMDAyNjA3N18yNjA4OV8yMDI0XzNMODMxRUJU> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **CBMSC 00026077/2024** e o código **3L831EBT** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.